

“Iniciativa privada com a sobrevivência em jogo”

138

“A aprovação do Decreto-Lei nº 2.064 é vital para o País, pois o que está em jogo e acima de vaidades pessoais do Legislativo ou do Executivo é a própria sobrevivência da iniciativa privada”, declarou ontem o presidente da Federação das Indústrias do Estado de São Paulo, Luís Eulálio de Bueno Vidigal Filho. O presidente da Fiesp acrescentou ainda que, se ocorrer uma ruptura no diálogo entre o Brasil e os credores externos, “só se salvarão as empresas estatais e os tecnocratas. Por isto mesmo está em jogo a sobrevivência da iniciativa privada”.

A respeito da rejeição do 2.045, Vidigal Filho disse que, juntamente com esse decreto, o Congresso rejeitou três outros: o 2.036, que corta alguns privilégios de funcionários das estatais; o 2.039, que parcela o pagamento do débito atrasado das empresas ao INPS, e 2.040, que dá anistia fiscal ao dinheiro sem necessidade de comprovar a sua origem. “Na verdade, observou o presidente da Fiesp, o que entrou em jogo na discussão desses projetos foi nada mais nada menos do que US\$ 36 bilhões correspondentes ao total da renegociação da dívida externa do País.”

Luís Eulálio de Bueno Vidigal Filho pergunta aos congressistas que rejeitaram esses decretos: “Quem vai, agora, pagar as mordomias das estatais, e o que podem os milhões de brasileiros desempregados esperar do futuro?”.

O presidente da Fiesp fez também uma comparação entre o 2.045 e o 2.064 e concluiu que é ainda difícil saber-se, agora, se a política salarial piorou ou melhorou do ponto de vista do empresariado. Uma coisa, no entanto, é certa, concluiu: o 2.064 dificulta muito a operacionalização das diversas faixas de reajustes salariais. Finalmente, o presidente da Fiesp culpou particularmente os congressistas situacionistas pela rejeição em bloco dos quatro decretos.